

Amil Assistência Médica Internacional S.A.

CNPJ/MF nº 29.309.127/0001-79
 Registro ANS nº 32.630-5

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Amil" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Arquileto Olavo Redig de Campos, 105 Torre B, 6º ao 21º andar, tem como finalidade a cobertura de custos de assistência médica, hospitalar e odontológica e ainda a participação em outras sociedades (vide Nota Explicativa nº 8).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era controlada indiretamente pela UnitedHealthCare International IV S.A.R.L., através do Polar II Fundo de Investimento em Participações ("Polar II"), que detinha 100% do capital social da Amil, tendo como controlador final a UnitedHealth Group Incorporated ("UHG"), companhia americana com ações negociadas na Bolsa de Nova York. Em 06 de fevereiro de 2024 o controle da Companhia foi transferido para o Sr. José Seripieri Filho.

A perspectiva da Companhia e de suas controladas é contribuir para as grandes mudanças necessárias ao sistema de saúde brasileiro, contemplando a educação dos clientes que utilizam os serviços de saúde; o monitoramento da eficiência dos prestadores de serviços médicos; a responsabilidade legal e ética dos integrantes de toda a cadeia produtiva da saúde suplementar; os modelos de remuneração vigentes; e a formação dos profissionais.

1.1 Principais eventos ocorridos nos exercícios de 2024 e de 2023

■ Compartilhamento de risco entre Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Amil") e a Vision Med Assistência Médica Ltda. ("Golden Cross")

Em 31 de maio de 2024, foi celebrado o contrato de Compartilhamento de Gestão de Riscos e Atendimento em Rede Referenciada Indireta em Planos de Saúde e Outras Avenças ("Contrato") com a Vision Med Assistência Médica Ltda. ("Golden Cross").

O contrato estabelece um compartilhamento de gestão de riscos no qual a Amil disponibiliza aos estipulantes e beneficiários dos Planos de Saúde Golden Cross acesso continuado à sua Rede Indireta - rede referenciada de prestadores de serviços ambulatoriais e médico hospitalares da Amil que continuaram sob sua gestão e contratação, e foram colocados à disposição dos Estipulantes e Beneficiários da Golden Cross - do período de 01 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. Durante o período de responsabilidade pela gestão dos riscos não haverá alteração de vínculo do beneficiário com a Golden Cross decorrentes do atendimento prestado pela Rede Indireta, sendo certo que a Golden Cross permanecerá responsável perante a ANS por todas as ações resultantes da atividade fiscalizatória do órgão regulador.

Essa transação está regulamentada através da Resolução Normativa nº 517, de 29 de abril de 2022 da ANS ("RN 517") que autoriza que Operadoras de Planos de Saúde distintas unam esforços por meio do compartilhamento de gestão de riscos, visando ganhos operacionais e um melhor atendimento dos beneficiários, bem como do sistema privado de saúde no Brasil.

■ Acordo de Associação entre Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Amil") e Diagnósticos da América S.A. ("Dasa")

Em 14 de junho de 2024 a Amil assinou um "Acordo de Associação" em conjunto com a Dasa, que tem como objetivo transformar a Impar Serviços Hospitalares S.A. ("Impar"), empresa de hospitais e oncologia da Dasa, em uma joint venture com participações iguaisitárias de 50% do capital votante entre Amil e Dasa e controle compartilhado.

O acordo estabelece que a Amil transferirá a Impar, por meio de um aumento de capital, os hospitais e clínicas oncológicas conforme segue:

Razão social	Unidade
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	Hospital Pró-Cardíaco
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	Hospital Samaritano Higienópolis
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	Hospital e Maternidade Madre Theodora
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	Hospital e Maternidade Santa Lúcia
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	Hospital Samaritano Botafogo
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	Hospital Alvorada Brasília
Hospitais Associados de Pernambuco Ltda.	Hospital Santa Joana Recife
CMS - Central de Manipulação e Serviços Farmacêuticos S.A.	CMS - Central de Manipulação e Serviços Farmacêuticos
Topimagem Diagnóstico por Imagem Ltda.	Topimagem Diagnóstico por Imagem
Multianglo Ltda.	Multianglo
Dilab Medicina Nuclear Ltda.	Dilab Medicina Nuclear
COI - Clínicas Oncológicas Integradas S.A.	COI - Clínicas Oncológicas Integradas
Instituto do Radium de Campinas Ltda.	Radium
RX Ricardo Campos Ltda.	RX Campos
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	Hospital Samaritano Paulista
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	Hospital Alvorada Moema
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	Métricos Medical City (Hospital Samaritano Barra e Hospital Vitória Barra)
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	Centro de Educação Superior Edson Bueno

A Impar manterá todas as suas operações, exceto pelos hospitais e unidades de oncologia situadas na região nordeste (Hospital São Domingos, Hospital da Bahia e Clínica AMO), que serão excluídas da transação.

A governança será estruturada para assegurar o equilíbrio de direitos, com três representantes de cada sócio e três membros independentes no conselho, sendo as decisões tomadas pela maioria simples.

Em 24 de dezembro de 2024, o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou a transação. Em 13 de janeiro de 2025 encerrou o prazo para manifestação de terceiros ou avoação do Tribunal do CADE, sem que houvesse manifestações.

A consumação da transação está sujeita a determinadas condições usuais em negócios desta natureza, incluindo a conclusão do processo de diligência e reestruturações internas.

Após a conclusão da transação, a Amil irá reconhecer o investimento e resultados pelo método de equivalência patrimonial conforme disposto pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto.

■ Incorporações

Em maio de 2023, o Hospital Alvorada Taguatinga ("HAT"), controlada direta da Companhia e única sócia do CMO - Centro Médico de Oftalmologia S/S Ltda. aprovou o Protocolo de Incorporação e Justificação da Sociedade para a incorporação do CMO na Lotten-Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda. ("Lotten-Eyes"), a Lotten-Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda.

Durante 2024 foram aprovadas as incorporações da APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda. ("APs") e da OSB - Tecnologia e Serviços de Suporte Ltda. ("OSB") na Amil.

A incorporação da APS teve como data-base 29 de fevereiro de 2024 com aprovação pela ANS em abril de 2024. Na OSB a data-base utilizada na incorporação foi 30 de abril de 2024 e a aprovação pela ANS ocorreu em julho de 2024.

Por ser detentora de 100% do capital social da APs e da OSB, as respectivas incorporações não resultaram em aumento de capital social na Companhia.

■ Aquisição de carteira da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. ("Odonto Santander")

Em outubro de 2024 a Amil assinou o "Instrumento Particular de Cessão de Carteira e Outras Avenças" com o Odonto Santander que estabelece a cessão da carteira dos planos privados de assistência à saúde odontológica para a Companhia. Desde agosto de 2020, os clientes Odonto Santander já utilizavam a rede credenciada Amil por meio de um acordo de gestão compartilhada entre as operadoras, no entanto, os contratos permaneciam vinculados a Odonto Santander.

A transação foi aprovada definitivamente pelo CADE em 03 de fevereiro de 2025. Com a conclusão da transação, a Amil irá reconhecer a carteira de clientes conforme disposto no CPC 04 (R1) Ativo Intangível.

2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

2.1. Base de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Amil e suas controladas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528/22 e alterações posteriores.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), mas serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Destas normas apenas o CPC 50 – Contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis. No momento não é possível estimar quando a ANS irá aprovar este pronunciamento do CPC e, nem tampouco, se a utilização do mesmo será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

A diretoria da Amil revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Bases de contabilidade, investimentos e combinação de negócios

2.2.1 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Companhia e as suas empresas controladas direta e indiretamente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2.2. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as sociedades consolidadas são uniformes em relação aquelas utilizadas nos exercícios anteriores. Na consolidação são eliminados os investimentos nas sociedades controladas diretas e indiretas, assim como todos os registros provenientes de transações entre essas sociedades.

2.2.2 Investimentos e combinação de negócios

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

A Companhia adota o método de aquisição em combinações de negócios, quando adquire controle de uma investida. Nessas operações os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, inclusive o ágio por expectativa de rentabilidade futura são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de acionista não controlador na adquirida pela parcela proporcional da participação do mesmo no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O excesso da contraprestação transferida e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. De outro modo quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

O ágio registrado como ativo intangível nas demonstrações consolidadas e como investimento na individual não está sujeito à amortização. O ágio é atribuído a cada unidade geradora de caixa e o teste de recuperabilidade (teste de *impairment*) é efetuado uma vez ao ano, durante o quarto trimestre, ou quando existirem eventos e/ou circunstâncias que indiquem perda do valor recuperável. Quando identificado que o ágio registrado não será recuperado integralmente, é efetuada baixa definitiva parcial ou total do ágio na demonstração de resultados.

As demonstrações contábeis incluem as controladas diretas e indiretas e estão demonstradas no quadro abaixo. Nos percentuais apresentados estão considerados a participação direta e indireta da Companhia:

Controladas diretas	Participação Total (%)		
	Aquisição/reestruturação	31/12/2024	31/12/2023
Operadora de planos de saúde			
Plano de Saúde Ana Costa Ltda.	jul/17	100,00%	100,00%
Santa Helena Assistência Médica S.A.	out/16	100,00%	100,00%
APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda. (i)	set/18	-	100,00%
Assistência médico-hospitalar			
Cemed Care – Empresa de Atendimento Clínico Geral Ltda.	jun/07	100,00%	100,00%
HAT – Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	dez/09	100,00%	100,00%
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	fev/10	99,79%	99,79%
Seisa Serviços Integrados de Saúde Ltda.	dez/15	100,00%	100,00%
Outros investimentos			
Boque Medical Center S.A.	jun/07	100,00%	100,00%
Etual Participações S.A.	out/16	100,00%	100,00%
Santos Administração e Participações S.A.	jul/17	100,00%	100,00%
OSB – Tecnologia e Serviços de Suporte Ltda. (i)	ago/19	-	100,00%
Controladas indiretas			
Operadora de plano de saúde			
Sobam - Centro Médico Hospitalar S.A.	set/18	100,00%	100,00%
Assistência médico-hospitalar			
Amico Saúde Ltda.	set/14	100,00%	100,00%
COI - Clínicas Oncológicas Integradas S.A.	ago/15	100,00%	100,00%
CMS - Central de Manipulação e Serviços Farmacêuticos S.A.	ago/15	100,00%	100,00%
Hospitais Associados de Pernambuco Ltda.	dez/15	100,00%	100,00%
Dilab Medicina Nuclear	dez/15	100,00%	100,00%
Topimagem Diagnóstico por Imagem Ltda.	dez/15	100,00%	100,00%
Multianglo Ltda.	dez/15	100,00%	100,00%
Hospital de Clínicas de Jacarepaguá Ltda.	fev/16	100,00%	100,00%
Casa de Saúde Santa Therezinha Ltda.	ago/16	100,00%	100,00%
Hospital Santa Helena S.A.	out/16	100,00%	100,00%
Lotten-Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda.	out/16	100,00%	100,00%
Hospital Ana Costa S.A.	jul/17	100,00%	100,00%
Centro Médico Hospitalar Pitangueiras Ltda.	set/18	100,00%	100,00%
Eye Clinic Oftalmologia Clínico Cirúrgica e Diagnóstica Ltda.	set/19	100,00%	100,00%
Instituto do Radium de Campinas Ltda.	set/19	100,00%	100,00%
RX Ricardo Campos Ltda.	set/21	100,00%	100,00%

(i) Empresa incorporada na Companhia (vide Nota Explicativa nº 1.1).

2.3. Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. Arceiteia é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento médico-hospitalar a terceiros também são apropriadas pelo regime de competência.

Os custos com serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos de assistência à saúde comercializados pelas operadoras controladas e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão. Os custos com a rede própria são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Disponível

Inclui caixa e depósitos bancários, que são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.6. Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

A Companhia e suas controladas mantêm aplicações financeiras garantidoras, vinculadas e lastreadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS (vide Nota Explicativa nº 3).

2.7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações de operações de planos de assistência à saúde.

2.8. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Créditos relacionados com a prestação de serviços médico-hospitalares, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades.

2.9. Estoques

Registrados pelo método do custo médio de aquisição e demonstrados no balanço pelo menor valor entre custo e realizável. Os estoques representam materiais médico-hospitalares e medicamentos utilizados pela rede própria na prestação de serviços de assistência médica.

2.10. Investimentos

As participações em sociedades controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, haja vista a existência de influência significativa sobre elas.

2.11. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se for o caso. Os juros sobre empréstimos diretamente atribuíveis à construção de novas unidades hospitalares (ativo qualificável) são capitalizados como parte do custo do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, as taxas são mencionadas na Nota Explicativa nº 9.

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.12. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2) (IFRS 16) a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme aprovação da ANS.

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se ele é ou inclui um arrendamento. Quando aplicável reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e os passivos para o fluxo futuro dos contratos celebrados, pelo fato de serem eles que transmitem o direito de obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de aluguéis ou contraprestações.

Nos casos aplicáveis um ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são reconhecidos na data de entrega do arrendamento. E nos casos aplicáveis também é reconhecida uma estimativa de custo de resgate ou de reassunção de serem incorridos durante a entrega do ativo às condições requeridas pelos termos do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao captar recursos por prazo e garantia semelhantes.

A Companhia e suas controladas possuem operações de arrendamento de imóveis e aeronave. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferentes.

2.13. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de softwares, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os ágios gerados nas aquisições foram amortizados pelo método linear à taxa de 10% a.a. até 31 de dezembro de 2008, quando por determinação da Lei nº 11.638/07, passaram, apenas, a ser submetidos a teste anual de ajuste ao seu valor atual recuperável (vide Nota Explicativa nº 10).

Os ganhos ou as perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecidas na demonstração do resultado.

2.14. Despesa com comercialização diferida

Representadas pelas comissões pagas pela comercialização de planos de assistência à saúde diferidas e apropriadas ao resultado pelo prazo de 12 meses, de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 528/2022, que estabelece o prazo de 12 meses para a comercialização de planos de assistência à saúde diferidas.

2.15. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

A Administração revera anualmente, ou sempre que surgirem indícios de *impairment*, o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.16. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a) Ativos contingentes - Reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos contingentes - Provisões quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

c) Reações legais - Registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questiona a exigibilidade de tributos.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Tributos correntes

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável. A Companhia e suas controladas apuram o lucro tributável com base no lucro real (exceto Lucro que apura pelo lucro presumido). O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do mencionado lucro excedente a R\$ 240 no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A provisão e a despesa dos tributos sobre a renda são calculadas individualmente por sociedade, observadas as alíquotas vigentes em cada jurisdição, com base na legislação tributária em vigor, promulgada até a data de encerramento do exercício, cujos efeitos devem ser refletidos nesse mesmo exercício.

A Administração avalia periodicamente a legislação tributária em vigor, submetendo-a às melhores técnicas interpretativas e decisões internas sobre procedimentos e pagamentos às autoridades fiscais.

b) Tributos diferidos

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os tributos diferidos ativos são registrados em decorrência das diferenças temporárias dedutíveis, e/ou saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sempre que a Companhia tiver expectativa de lucro tributável futuro, em montante suficiente para utilização das diferenças temporárias dedutíveis e/ou compensação de prejuízos fiscais.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período do relatório conforme disposições e critérios formais na regulamentação da ANS e do CPC 32.

A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

c) Tributos sobre a renda correntes e diferidos

Os tributos correntes e diferidos sobre a renda são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a registros em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que seguem o mesmo critério de reconhecimento contábil. Especificamente, no caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.19. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (i) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (ii) Provisão para remissão, constituída em função do falecimento do titular do plano para permanência dos dependentes deste por até sessenta meses. A metodologia de cálculo tem como base a estimativa de sinistros futuros dos beneficiários e leva em consideração a expectativa de permanência destes no plano até a sua saída. Os custos mínimos destes beneficiários estão estabelecidos em nota técnica atualial e levam em consideração a faixa etária e taxa de juros (Selic) como premissas de cálculo; (iii) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pelas operadoras. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); (iv) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), calculada com base em metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atualial; (v) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS, constituída com base em metodologia estabelecida ANS e (vi) Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC), calculada com base em metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atualial (Amil) ou com base em metodologia estabelecida pela ANS (demais operadoras do Grupo).

2.20. Receita antecipada de contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar o serviço a ser cobrado no período de cobertura do direito recebido.

2.21. Reconhecimento do compartilhamento de risco entre operadoras

Regulamentada pela RN/ANS no. 517/2022 o compartilhamento de riscos envolve mecanismos para gerenciar riscos entre as empresas que oferecem planos de saúde, criando regras protetivas para contratantes e para operadoras de planos de saúde. Conforme a norma, Companhia enquadra-se como operadora prestadora, ou seja, aquela que detém vínculo contratual com a rede prestadora de serviços de assistência à saúde.

As receitas decorrentes das faturas emitidas são reconhecidas no resultado da Companhia no grupo "Contraprestação Emitida" e os custos referentes aos atendimentos dos beneficiários são registrados no grupo "Eventos avisados", conforme plano de contas padrão ANS.

2.22. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos a pagar são registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço. Todos os custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.23. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, a Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas categorias 1) ou nas categorias 2) ou 3) ou 4).

Impairment de ativos financeiros - A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia e suas controladas baixam seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contrata instrumentos financeiros derivativos somente para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda, não incluindo qualquer outra operação de derivativos ou de caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.24. Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros, onde os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração que tiveram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos fiscais diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o resultado histórico gerador e o resultado tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Redução de valor recuperável de ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

c) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível de vida útil definida

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.11 e nº 2.13 a Companhia e suas controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do ativo intangível de vida útil definida anualmente. Durante o exercício corrente, a Administração revisou a vida útil dos bens do imobilizado relacionados a beneficiárias, da estimativa de suas carteiras de beneficiários de planos de saúde e de suas marcas (ativo intangível).

d) Provisões para ações judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas, conforme descrito na Nota Explicativa nº16. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica da Companhia e suas controladas. Os registros das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e suas controladas, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Especificamente, com relação às provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda.

e) Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) usando o cálculo a partir da estimativa final dos eventos já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos avisados nos últimos 12 meses para assistência médica à saúde e nos últimos 36 meses para a assistência odontológica, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

f) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

A Companhia e suas controladas alocam o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e os passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da empresa adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia e suas controladas exercem julgamentos significativos nos processos de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis e de avaliação de tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Administração não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

g) Provisão para perdas estimadas sobre créditos

A Companhia e suas controladas consideram para cálculo da provisão para perdas esperadas sobre créditos os diferentes riscos de acordo com as peculiaridades de cada segmento, como segue:

- **Contraprestações pecuniárias a receber** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde é constituída sobre valores recebidos por beneficiários de planos de saúde com prazo de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais, conforme regra ANS.
- **Contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos com operações de serviços médico-hospitalares é constituída com base no histórico de perdas com títulos emitidos contra convênios e particulares.
- **Arrendamentos**

Os contratos da Companhia e de suas controladas não têm informações suficientes para determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada. Portanto, é utilizada como taxa incremental a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar em captações para aquisições de ativos de valores similares com prazos, garantias e ambiente econômico semelhantes.



Amil Assistência Médica Internacional S.A.

CNPJ/MF nº 29.309.127/0001-79
Registro ANS nº 32.630-5

Movimentação da provisão para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	(142.216)	(92.423)	(145.764)	(95.920)
Constituições e reversões	(286.286)	(253.015)	(275.609)	(252.163)
Baixas	267.698	203.222	276.872	212.293
Saldos no fim do exercício	(140.783)	(142.216)	(144.521)	(145.784)

5. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora
O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, líquidas das perdas esperadas, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela Companhia e suas controladas, cuja composição é demonstrada abaixo:
Composição por tipo de cliente:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoa jurídica	1.083.802	1.167.720	1.083.802	1.167.720
Pessoa física	47.685	46.705	47.685	46.705
Total	1.131.487	1.214.425	1.131.487	1.214.425
Provisão para perdas sobre créditos	(144.216)	(147.898)	(144.216)	(147.898)
Total líquido	987.271	1.066.527	987.271	1.066.527

Composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	669.337	714.155	669.337	714.155
Vencidos	128.260	128.335	128.260	128.335
Até 30 dias	51.580	62.941	51.580	62.941
De 31 a 60 dias	39.266	43.093	39.266	43.093
De 61 a 90 dias	43.049	39.136	43.049	39.136
De 91 a 120 dias	27.152	45.754	27.152	45.754
De 121 a 180 dias	28.627	33.114	28.627	33.114
Há mais de 180 dias	144.216	147.898	144.216	147.898
Subtotal	462.150	500.270	462.150	500.270
Total	1.131.487	1.214.425	1.131.487	1.214.425

Movimentação da provisão para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	(147.898)	(115.335)	(147.898)	(115.335)
Constituições e reversões	(208.780)	(199.945)	(208.780)	(199.945)
Baixas	212.462	167.382	212.462	167.382
Saldos no fim do exercício	(144.216)	(147.898)	(144.216)	(147.898)

6. Créditos tributários e previdenciários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
INSS (i)	214.746	322.355	214.746	334.155
IRPJ e CSLL (ii)	198.611	278.284	213.285	374.753
PIS e COFINS (iii)	120.745	160.772	131.956	171.284
ISS (iv)	13.332	233	16.851	2.810
Outros	-	-	527	2.276
Total	547.434	761.644	637.055	885.278
Circulante	456.713	593.623	546.334	717.255
Não circulante	90.721	168.021	90.721	168.023
Total	547.434	761.644	637.055	885.278

(i) Basicamente crédito de INSS sobre pagamentos a autônomos decorrente de ação judicial transitada em julgado a ser compensado em 70 parcelas. No curto prazo estão registradas 12 parcelas e as demais no longo prazo. Até dezembro de 2024 foram compensadas 60 parcelas;
(ii) Em sua grande maioria, os valores são referentes a saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais serão compensados com demais tributos federais, ao longo de 2025;
(iii) O saldo em 2024 se refere majoritariamente, aos créditos de PIS e Cofins diferidos sobre o saldo das rubricas contábeis de eventos a liquidar. O saldo de 2023 (coluna consolidado) refere-se a: (i) R\$73.061 de valores pagos a maior por ressuprações das bases de cálculo do PIS e da Cofins e retenções fiscais; e (ii) R\$97.623 de créditos de PIS e Cofins sobre o saldo das contas contábeis de eventos a liquidar;
(iv) O saldo de 2024 se refere ao crédito remanescente de processo de repetição de indébito do ISS, contra o município de Guarulhos. O crédito original e atualizado (R\$ 18.550) começou a ser compensado em março/2024 com o débito total de ISS apurado mensalmente.

7. Bens e títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores (i)	432.218	35.048	432.218	47.067
Múltiplo (ii)	-	-	258.167	206.859
Estoque (iii)	-	-	230.718	206.859
Adiantamentos a funcionários (iv)	4.721	5.098	24.187	25.071
Outros	70.099	103.537	84.590	100.416
Total	507.038	143.683	1.035.291	379.413

(i) Adiantamentos a fornecedores que serão liquidados em 2025;
(ii) Contratos de múltiplos firmados em 29 de agosto de 2024 entre as controladas Esho – Empresas de Serviços Hospitalares S.A. e COI – Clínicas Oncológicas Integradas e o seu acionista controlador, com prazo de vencimento definido para 30 de janeiro de 2025, podendo ser prorrogado. Inclui, também, encargos financeiros e os impostos sobre operações financeiras - IOF (vide Nota Explicativa nº 18 - Partes relacionadas);
(iii) Estoques de material médico hospitalar e medicamentos;
(iv) Adiantamentos de salários e férias realizados aos funcionários.

Resolução Normativa nº 601 de 06 de março de 2024
Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.
Amudança altera a necessidade de ativos garantidores para: débitos referentes aos processos de ressarcimento ao SUS sem inscrição em Dvida Ativa e sobrestados administrativamente, em virtude da ocorrência de mais de cinco anos do vencimento da GRU emitida; débitos referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos referentes a operações de planos em prep- pós-estabelecido que tenham como contrapartida créditos a receber de contraprestações pecuniárias/prêmios de operações de planos em prep- pós-estabelecido; débitos do ressarcimento ao SUS dos Avisos de Beneficiários Identificados- ABI notificados e ainda sem a emissão das respectivas Guias de Recolhimento da União - GRU pela ANS; e valores registrados na Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PÍC.
Resolução Normativa nº 614 de 02 de outubro de 2024
Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar. A mudança aumenta de 20% para 50% o limite de ativos garantidores em imóveis assistenciais.
Normas ANS que entrarão em vigor em 2025:
Não há nenhuma norma econômico-financeira publicada até a presente data, que entrará em vigor em 2025.

3. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações livres	109.282	414.102	160.851	445.907
CDB e operação compromissada (iii)	1.109.178	1.160.030	1.792.028	1.510.170
Fundos de investimentos abertos (i)	4.060	5.104	31.956	7.703
Fundo exclusivo (ii)	894	874	894	874
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
Subtotal	1.223.414	1.580.110	1.985.527	1.964.654
Aplicações garantidoras de provisões técnicas				
Vinculadas (iv)				
Fundos de investimentos abertos (i)	3.258.319	3.546.257	3.478.500	3.837.612
Carteira administrada (vi)	269	115.212	269	115.212
Não vinculadas (v)				
Fundo exclusivo (ii)	1.170.218	2.087.212	1.170.218	2.087.212
Subtotal	4.428.806	5.748.681	4.648.987	6.040.036
Total	5.652.220	7.328.791	6.634.514	8.004.690

(i) As aplicações financeiras em fundos de investimentos abertos são realizadas de acordo com a política de investimentos definida pela Administração. Estão sujeitas a variações nas taxas de juros do mercado financeiro, ao risco de crédito de seus emissores, e estão indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor de mercado das quotas destes investimentos financeiros foi apurado com base nos valores de quotas destes fundos, informados pelos administradores dos respectivos fundos;
(ii) Fundo de investimento restrito às empresas do grupo Amil. Estes fundos aplicam seus recursos em ativos de renda fixa e quotas de outros fundos de investimento, administrados pelos bancos gestores;
(iii) Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos por bancos de primeira linha e operações compromissadas com lastro de terceiros, possuindo liquidez diária, cuja remuneração está indexada à variação do CDI;
(iv) A Companhia e suas controladas, de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 573/23, constituiu ativos garantidores em favor da ANS com aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 essas aplicações financeiras foram compostas por quotas de fundos de investimento dedicados aos planos de saúde suplementares. Os ativos constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;
(v) Aplicações financeiras não vinculadas classificadas como garantidoras das provisões técnicas para atender necessidade de lastro, conforme RN ANS nº 462/20 e 573/23. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, essas aplicações financeiras foram compostas por quotas de fundo de investimento aberto. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;
(vi) Carteira de investimentos gerida por instituição contratada, sendo responsável tanto pela alocação quanto estratégia de investimentos. Em 2024, o rendimento das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas ficou na média de 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2023, 101% do CDI.

4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo deste grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde, líquidas das perdas esperadas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Planos médico-hospitalares				
Planos coletivos	471.983	457.976	445.014	453.288
Planos individuais	33.240	49.021	42.950	61.747
Subtotal	505.223	506.997	487.964	515.035
Planos odontológicos				
Planos coletivos	17.816	23.158	17.844	23.159
Planos individuais	10.860	10.031	10.852	10.034
Subtotal	28.676	33.189	28.696	33.193
Participação de beneficiários em eventos / sinistros indenizáveis	27.492	4.876	28.577	5.415
Total	561.391	545.062	545.237	553.643
Provisão para perdas sobre créditos	(140.783)	(142.216)	(144.521)	(145.784)
Total líquido	420.608	402.846	400.716	407.859

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	172.356	158.097	138.751	144.027
Vencidos	172.429	220.576	183.627	237.525
Até 30 dias	70.756	65.416	73.838	68.514
De 31 a 60 dias	32.720	21.199	33.461	21.949
De 61 a 90 dias	113.130	79.774	115.560	81.628
Há mais de 90 dias	389.035	386.965	406.486	409.616
Subtotal	561.391	545.062	545.237	553.643

8. Investimentos

Os saldos de investimentos na controladora incluídos os valores de ágio por expectativa de rentabilidade futura e as principais informações das participações societárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão resumidos a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Resultado	Patrimônio líquido	Participação no capital (%)	Participação no capital
Participações societárias em operadoras de planos de assistência à saúde				
PSAC	26.062	139.695	74,86%	104.575
SHAM	3.108	847.204	89,49%	758.164
APS (i)	-	-	-	-
Subtotal				862.739
Participações societárias em rede assistencial				
Amico	(109.265)	2.310.889	1,31%	30.263
Cerned Care	(76.359)	39.385	100,00%	39.385
Esho	27.279	4.873.698	99,79%	4.863.582
HAT	37.415	1.326.553	86,14%	1.142.717
Seisa	(10.697)	112.981	27,28%	30.817
Subtotal				6.106.764
Outras participações societárias				
Bosque	(23.272)	530.324	83,09%	440.640
Elual	263	81.607	60,04%	49.000
OSB (i)	-	-	-	-
Santos Administração	6.473	35.154	100,00%	35.154
Subtotal				524.794
Outros investimentos				
-	-	-	-	100.959
Total				7.494.297

(i) Empresa incorporada na Companhia em 2024;
(ii) Inclui ágio mais valia.
A movimentação dos saldos de investimentos da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Aquisição	Incorporação	JCP/Dividendos	Aumento (Redução) capital	Equivalência patrimonial (i)	Baixa/Depreciação	Resultado de operações com não controladores	31/12/2024
Participações societárias em operadoras de planos de assistência à saúde									
PSAC	142.831	-	-	(5.240)	-	18.563	-	82	156.236
SHAM (iii)	785.470	-	-	(1.187)	16.950	2.247	-	49.810	854.290
APS	116.313	-	(119.974)	-	(442)	4.103	-	-	2.900
Subtotal	1.044.614		(119.974)	(5.427)	16.508	24.913		49.892	1.010.526
Participações societárias em rede assistencial									
Amico (iii)	-	-	-	-	31.658	(384)	-	(1.011)	30.263
Cerned Care	72.716	-	-	-	42.500	(76.358)	-	527	39.385
Esho (iii)	4.992.895	-	-	(6.465)	45.308	27.224	-	(52.063)	5.006.899
HAT (iii)	1.092.773	-	-	(8.614)	29.300	32.247	-	(2.989)	1.142.717
Seisa (iii)	20.903	-	-	-	13.090	(4.447)	-	1.271	30.817
Subtotal	6.179.287			(15.079)	161.856	(21.718)		(54.265)	6.250.081
Outras participações societárias									
Bosque	479.425	-	-	-	(19.336)	-	-	497	460.586
Elual (iii)	232.247	-	-	(38)	50	(601)	-	3.479	235.087
Santos Administração	118.061	-	-	(1.600)	50	4.897	-	(348)	121.060
OSB	7.272	-	(6.813)	-	119	(578)	-	-	7.272
Subtotal </									



Amil Assistência Médica Internacional S.A.

CNPJ/MF nº 29.309.127/0001-79
Registro ANS nº 32.630-5

Consolidado					
			31/12/2024	31/12/2023	
	Taxa média de depreciação anual (%)	Custo líquido de impairment	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso próprio					
Imobilizado - hospitalares / odontológicos					
Instalações	10	274.915	(196.260)	78.655	77.385
Equipamentos de informática	20	128.827	(118.994)	9.833	13.998
Móveis e utensílios	10	187.321	(149.233)	38.088	46.351
Máquinas e equipamentos	10	1.703.970	(1.225.083)	478.887	565.263
Veículos	20	7.781	(3.162)	4.619	4.553
Subtotal		2.302.814	(1.692.732)	610.082	707.550
Imobilizado - não hospitalares /odontológicos					
Instalações	10	68.531	(60.122)	8.409	17.470
Equipamentos de informática	20	139.728	(122.521)	17.207	14.638
Móveis e utensílios	10	57.277	(53.290)	3.987	5.320
Veículos	20	75.861	(12.043)	63.818	8.708
Subtotal		341.397	(247.976)	93.421	46.136
Imobilizações em curso	-	56.063	-	56.063	153.728
Outras imobilizações (i)	6	1.264.000	(402.610)	861.450	644.099
Direito de uso de arrendamentos (iii)	-	885.049	(262.848)	622.201	571.624
Subtotal		2.205.172	(665.545)	1.539.714	1.370.051
Total		4.841.983	(3.827.788)	4.664.195	4.880.173

(i) Deste montante, R\$ 930.722 (em 2023, R\$ 968.321) foram oferecidos em garantia de provisões técnicas;
(ii) Basicamente benéficas em imóveis de terceiros;
(iii) Aluguel de imóveis. Inclui provisão para custos de restaurações (vide Nota Explicativa nº 14.1); depreciado pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do imobilizado

Consolidado						
	Terrenos, edifícios, instalações e benéficas	Equipamentos, móveis e utensílios	Imobilizações em curso	Veículos (iv)	Direito de uso de arrendamentos	Total
Saldos em 31/12/2022	3.585.240	681.396	215.447	13.793	711.438	5.207.314
Adições	620	13.917	225.520	-	33.788	273.845
Baixas/ ajustes de negociação (i)	(12.673)	(1.870)	-	-	(67.265)	(82.808)
Depreciação	(191.803)	(148.125)	-	(532)	(106.337)	(447.597)
Transferências (ii)	177.209	101.252	(287.239)	-	-	(8.778)
Impairment (iii)	(62.803)	-	-	-	-	(62.803)
Saldos em 31/12/2023	3.495.990	645.570	153.728	13.261	571.624	4.880.173
Adições	11.635	6.629	95.675	68.087	205.889	387.915
Baixas/ ajustes de negociação (i)	(99.744)	(6.280)	-	(8.334)	(50.973)	(165.331)
Depreciação	(194.670)	(141.806)	-	(4.705)	(104.339)	(445.520)
Transferências (ii)	153.585	43.888	(191.730)	128	-	(5.927)
Impairment (iii)	2.696	-	(1.610)	-	-	1.086
Saldos em 31/12/2024	3.369.492	548.002	56.063	68.437	622.201	4.664.195

(i) Em 2024 e 2023, basicamente venda de imobilizado, rescisão de contrato por devolução de imóvel alugado e baixas e ajustes em negociação de contratos de aluguéis;
(ii) Em 2024, R\$ 6.909 transferência de itens do intangível e propriedades para investimentos de (R\$ 1.037). Em 2023, (R\$ 9.424) transferência de itens para o intangível e outros de R\$ 646;
(iii) Em 2023, impairment de imóveis da controlada direta Seisa e indireta Casa de Saúde Santa Therezinha;
(iv) Inclui a aeronave da Companhia.

10. Intangível

Controladora					
	Taxa média de amortização anual (%)	Custo líquido de impairment	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Vida útil definida					
Software	20	905.021	(626.791)	278.230	337.111
Subtotal		905.021	(626.791)	278.230	337.111

Vida útil indefinida

Ágio em empresas incorporadas

			31/12/2024	31/12/2023	
Grupo Medial			443.580	(91.195)	352.385
Linx			159.658	-	159.658
Seisa			29.031	-	29.031
Med Card			20.713	(2.751)	17.962
Semic			19.660	(3.768)	15.892
Ampla			9.219	(840)	8.379
Dental Center			832	-	832
Subtotal			682.693	(98.554)	584.139
Total			1.587.714	(725.345)	862.369

Movimentação do intangível

Controladora					
	Software	Ágio em empresas incorporadas	Total		
Saldos em 31/12/2022	356.086	584.139	940.225		
Adições	50.200	-	50.200		
Amortizações	(87.247)	-	(87.247)		
Transferências (i)	18.072	-	18.072		
Saldos em 31/12/2023	337.111	584.139	921.250		
Adições	25.875	-	25.875		
Amortizações	(77.351)	-	(77.351)		
Transferências (i)	(7.405)	-	(7.405)		
Saldos em 31/12/2024	278.230	584.139	862.369		

(i) Em 2024 e 2023, transferência de itens para/do imobilizado para melhor classificação contábil.

Consolidado					
	Taxa média de amortização anual (%)	Custo líquido de impairment	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Vida útil definida					
Marcas (i)	4	230.273	(116.859)	113.414	118.286
Software	20	1.065.544	(755.303)	310.241	374.875
Acordo de não competição	20	151.531	(151.531)	-	1.716
Carteira de clientes	39	113.991	(103.845)	10.146	14.267
Licença de uso - franquia	10	9.674	(8.520)	1.154	2.121
Subtotal		1.571.013	(1.136.058)	434.955	511.265

Vida útil indefinida

Ágio em controladas não incorporadas

			31/12/2024	31/12/2023	
Grupo Santa Joana			104.859	-	104.859
Grupo Santa Helena			332.087	-	332.087
Grupo Sobam			128.518	-	128.518
Lotten-Eyes (ii)			38.648	-	38.648
Esho			196.420	(34.781)	161.639
COI Clínicas			86.258	-	86.258
Grupo Ana Costa			72.576	-	72.576
Eye Clinic			27.192	-	27.192
Radium			54.712	-	54.712
Bosque			22.777	(2.833)	19.944
Subtotal			1.064.407	(37.614)	1.026.433
Ágio em controladas incorporadas					
Hospital Samaritano de São Paulo			424.785	-	424.785
Grupo Medial			462.327	(92.443)	369.884
Linx			159.658	-	159.658
Grupo Life			72.796	(6.466)	66.330
Hospital Samaritano			65.615	-	65.615
Hospital Pró-Cardiaco			11.950	-	11.950
Hospital Pasteur			44.244	-	44.244
Hospital Monte Klinikum			3.057	-	3.057
Hospital Madre Theodora			35.455	-	35.455
Seisa			29.031	-	29.031
Grupo COI			78.333	-	78.333
Hospital Carlos Chagas			17.425	-	17.425
Med Card			20.713	(2.751)	17.962
Semic			19.660	(3.768)	15.892
HCB			14.286	-	14.286
Casa de Saúde Santa Lúcia			7.896	-	7.896
Outros (ii)			10.413	(866)	9.547
Subtotal			1.477.644	(106.294)	1.371.350
Total			4.112.718	(1.279.968)	2.832.752

(i) Em junho de 2016, a Diretoria da Companhia aprovou a proposta da Diretoria de Marketing para o desuso de determinadas marcas. Desta forma, algumas marcas registradas passaram a ter vida útil definida;
(ii) Em 2024, baixa de ágio por impairment nas empresas Hospital Carlos Chagas e Centro Médico Oftalmológico no total de (R\$ 8.864).

Movimentação do intangível:

Consolidado						
	Acordo de não competição e Carteira de		Licença de uso -		Ágio	
	Marcas	Software	outros intangíveis	clientes	franquia	Total
Saldos em 31/12/2022	123.682	413.193	5.389	21.237	3.088	2.785.069
Adições	-	54.563	-	-	-	54.563
Amortizações	(4.930)	(102.305)	(3.460)	(6.970)	(967)	(118.632)
Transferência (i)	-	9.424	-	-	-	9.424
Impairment (ii)	(452)	-	(213)	-	-	(378.422)
Saldos em 31/12/2023	118.300	374.875	1.716	14.267	2.121	2.406.647
Adições	-	30.980	-	-	-	30.980
Baixas	-	(4)	-	-	-	(4)
Amortizações	(4.931)	(88.701)	(1.796)	(4.121)	(967)	(100.516)
Transferência (i)	-	(6.909)	-	-	-	(6.909)
Impairment (ii)	59	-	80	-	-	(8.624)
Saldos em 31/12/2024	113.428	310.241	-	10.146	1.154	2.397.783

(i) Em 2024 e 2023, transferência de itens para/do imobilizado;
(ii) Em 2024, baixa de ágio por impairment nas empresas Hospital Carlos Chagas (R\$8.839) e Centro Médico Oftalmológico (R\$ 25), e em 2023, nas empresas Esho (R\$ 1.190), Pró-Cardiaco (R\$ 38.912), Monte Klinikum (R\$ 27.472), Hospital AMA (R\$ 1.308), Hospital Associados de Pernambuco (R\$ 187.768), Casa de Saúde Santa Therezinha (R\$ 3.066), Hospital Santa Helena (R\$ 54.379), Lotten Eyes (R\$ 50.628), Dilab (R\$ 2.479), RX Ricardo Campos (R\$ 2.016) e Eye Clinic (R\$ 9.204), marcas (R\$ 452) e acordo de não competição (R\$ 213) na empresa RX Ricardo Campos.

Teste de impairment - Avaliação ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Companhia e suas controladas efetuaram teste de perda por redução no valor recuperável ("impairment") para todos os ativos intangíveis com vida útil indefinida registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
O valor recuperável destes ativos foi determinado com base no valor em uso a partir dos fluxos de caixa descontados das unidades geradoras de caixa (UGC).
O ativo intangível com vida útil indefinida (marcas e ágio resultante da combinação de negócios) é alocado à UGC para a qual se esperam benefícios, no menor nível possível e nunca superior a um dos segmentos de negócio monitorados pela Administração. Abaixo demonstramos alocação do valor contábil destes ativos por segmento de negócio:

	31/12/2024	31/12/2023
Operadoras	939.797	939.797
Rede Assistencial	1.458.000	1.466.864
Total	2.397.797	2.406.661

A data-base da emissão do teste para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi 31 de julho de 2024. Este teste baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas da Administração. A projeção dos resultados foi preparada com base em estimativas macroeconômicas externas, no histórico de resultados dos respectivos segmentos de negócio, em perspectivas da Administração para custos e despesas nos próximos anos, no custo médio ponderado de capital do grupo econômico e com a premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 13,86% e real de 10,36% (em 2023, 13,59% e 10,09%, respectivamente), calculada conforme metodologia do custo médio ponderado (WACC).
Em 31 de dezembro de 2024, como resultado deste trabalho, a Companhia e suas controladas reconheceram perda por redução no valor recuperável no montante total de R\$ 864 referente ao ágio das empresas Hospital Carlos Chagas e Centro Médico Oftalmológico. Em 2023, a baixa ocorreu no montante total de R\$ 441.890 referente ágio das empresas Esho, Pró-Cardiaco, Monte Klinikum, Hospital AMA, Hospital Carlos Chagas, Hospital Associados de Pernambuco, Casa de Saúde Santa Therezinha, Hospital Santa Helena, Lotten Eyes, RX Ricardo Campos e Eye Clinic. R\$ 378.422, imóveis nas empresas Casa de Saúde Santa Therezinha e Seisa. R\$ 62.803, marca. R\$ 452 e acordo de não competição. R\$ 213 da empresa RX Ricardo Campos.

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

11.1. Provisões técnicas

Consolidado					
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Provisão de contraprestação não ganha	768.904	624.127	817.504	667.503	
Provisão para remissão	7.227	9.642	7.528	9.820	
Provisão de eventos a liquidar para SUS	108.466	78.494	118.057	87.383	
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	2.613.206	2.085.160	1.805.433	1.400.447	
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.423.174	2.184.885	2.489.790	2.236.387	
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) - SUS	30.557	42.572	34.451	48.080	
Provisão de insuficiência de contraprestação (PIC)	582.343	1.795.368	582.343	1.797.557	
Total	6.533.877	6.820.248	5.855.106	6.247.177	
Circulante	6.382.710	6.662.644	5.695.126	6.082.879	
Não circulante	151.167	157.604	159.980	164.298	
Total	6.533.877	6.820.248	5.855.106	6.247.177	

Movimentação das provisões técnicas

Controladora						
	Provisão de contraprestação não ganha	Provisão para remissão	Provisão de eventos a liquidar para SUS e para outros prestadores de serviços assistenciais	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	Provisão para insuficiência de contraprestação (PIC)	Total
Saldos em 31/12/2022	511.773	11.069	2.014.597	1.809.862	1.314.134	5.661.435
Constituições	624.127	-	25.405.00			



Amil Assistência Médica Internacional S.A.

CNPJ/MF nº 29.309.127/0001-79
Registro ANS nº 32.630-5

	31/12/2024	31/12/2023
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030 a 2032		
Total	2.287.816	3.056.154

16. Provisões para ações judiciais

16.1. Ações judiciais com risco de perda provável

A Companhia e suas controladas constituem provisão para ações judiciais com base na opinião de seus assessores jurídicos. Processos com risco de perda UHG e OSB (i)(ii) Adiantamento de fornecedores e fornecedores Controladora / outros

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (i)	394.216	371.991	538.554	473.574
Trabalhistas (ii)	109.534	84.416	298.216	261.191
Tributárias (iii)	88.087	79.962	109.209	98.426
Regulatória (i)	38.620	42.334	41.831	47.161
Provisão para outras contingências	-	-	560	630
Total	630.457	578.703	988.380	880.982

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentis;
(ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras.
Movimentação da provisão para ações judiciais:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	578.703	695.407	680.982	1.069.805
Constituições	539.294	463.140	93.889	538.573
Reversões / baixas	(489.278)	(579.844)	(461.491)	(670.908)
Transferências	-	-	-	5.578
Incorporação de controladas	1.748	-	-	-
Saldos no fim do exercício	630.457	578.703	988.380	880.982

16.2. Ações judiciais com risco de perda possível

A Companhia e suas controladas classificam as contingências com prognóstico de perda possível com base em fatos específicos que a suportem, sempre levando em consideração a existência de jurisprudência pacificada, de documentos que comprovem a correção do procedimento da Companhia e suas controladas e, que, portanto, não significará provável saída de recurso para pagamento.

A Companhia e suas controladas não provisionam os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (i)	450.410	355.422	611.422	704.314
Trabalhistas (ii)	146.534	154.388	538.722	435.772
Tributárias (iii)	747.563	591.016	1.054.276	889.325
Regulatória (i)	61.254	153.092	93.311	155.092
Total	1.435.761	1.253.918	2.297.731	2.184.503

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentis;
(ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras;
(iii) Processos administrativos e judiciais tributários.

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento.

16.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais da Companhia e suas controladas estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até o que acontece a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (i)	410.457	244.471	439.590	269.311
Eventos indenizáveis (i)	9.389	10.087	16.184	16.104
Trabalhistas	29.671	34.598	162.982	173.054
Tributárias (ii)	19.809	702.710	48.122	720.779
Total	469.326	991.866	664.878	1.179.248

(i) Depósitos judiciais relacionados às provisões técnicas da Companhia e suas controladas SHAM, Plano de Saúde Ana Costa e Sobam, cuja obrigação legal é de restituir as despesas de eventos inviduais SUS, no eventual atendimento de seus beneficiários, que estejam cobertos pelos respectivos planos. Deste montante, na controladora, R\$ 9.389 foram oferecidos em garantia das provisões técnicas. No consolidado o montante é de R\$ 16.184 (Em 2023, R\$ 10.087 e R\$ 16.104, respectivamente);

(ii) Em 2023, basicamente depósitos judiciais relacionados a ações sobre efeitos da Lei Complementar no 157/16, referente ao município de São Paulo – ISS sobre faturamento. O pedido de conversão em renda foi protocolado em 2023. Em 2024, foi deferida a conversão em renda em favor do município de SP dos valores depositados judicialmente (vide Nota Explicativa nº. 12).

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 11.137.439 (R\$ 19.006.235 em 2023) representado por 12.632.348 mil ações (14.648.800 mil ações em 2023).

Em setembro de 2023, foi aprovado aumento de R\$ 1.007.056 mediante emissão de 912.423 mil novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,10 por ação ordinária.

Em 01 de abril de 2024, foi aprovado a redução do capital social da Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária, no valor R\$ 6.035.251 mediante a absorção do saldo de prejuízos.

Em 02 de abril de 2024, foi aprovado a redução do capital social da Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária, no valor R\$ 1.833.545 mediante a restituição ao acionista e com o cancelamento de 2.016.452 mil ações representativas do capital social da Companhia.

17.2. Reserva de lucros, dividendos e juros sobre capital próprio

Em 2023 a Companhia registrou prejuízo no exercício. Não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ou constituição de reservas.

Em julho e agosto de 2024, a Administração aprovou através de Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários pela Companhia no valor de R\$ 56.500 e R\$ 100.000 mil, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu o montante de R\$ 432.267 de dividendos adicionais propostos.

17.3. Destinação do resultado líquido do exercício

Em conformidade com o estatuto da Companhia, os resultados apurados são distribuídos da seguinte forma: (i) abatimento de prejuízos, se houver; (ii) 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social; (iii) dividendo obrigatório, proporcional ao número de ações; e (iv) 100% do lucro líquido que permanecer, após as deduções legais e estatutárias, poderá ser mantido para constituição da reserva de expansão. A Companhia poderá, ainda, por deliberação da Assembleia Geral, declarar dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 619.755 (em 2023, prejuízo de R\$ 4.032.769).

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	2024	2023
Base de cálculo do dividendo obrigatório	619.755	619.755
Constituição da reserva legal (5%)	(30.988)	(30.988)
Base de cálculo do dividendo obrigatório	588.767	588.767
Dividendos obrigatórios propostos e pagos	(147.191)	(147.191)
Dividendos adicionais propostos e pagos	(9.309)	(9.309)
Dividendos propostos a distribuir (i)	(432.267)	(432.267)

17.4. Resultado de operações com acionistas não controladores

Contempla os valores de ganhos e perdas por variações na participação no capital de não controladores.

17.5. Reserva legal

A reserva legal da Companhia é constituída por 5% do lucro líquido apurado no exercício, não excedendo o limite de 20% do capital social conforme artigo 193 da Lei no. 6.404/76.

17.6. Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado por meio de divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada das ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) do exercício da controladora	619.755	(4.032.769)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	13.298.989	13.968.139
Prejuízo por ação básico (em R\$)	0,04660	(0,28871)
Base de cálculo do dividendo obrigatório	13.298.989	13.968.139
Ações aplicáveis à diluição	13.298.989	13.968.139
Lucro (prejuízo) por ação diluído (em R\$)	0,04660	(0,28871)

18. Transações com partes relacionadas

18.1. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazo, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais resumidas a seguir:

Descrição	Transação	Categoria	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Amico	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	7.066	77.100	281.414	-
Cemed	Contraprestações, adiantamento para futuro aumento de capital	Controlada	2.776	-	40.556	-
CMS	Contraprestações, adiantamentos e provisões técnicas	Controlada	30	1.280	588.767	-
COI	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	894	-	125.226	-
Santa Terezinha	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	831	-	7.328	-
Dilab	Provisões técnicas	Controlada	74	-	263	-
Eluai	Dividendos e adiantamento para futuro aumento de capital	Controlada	38	7.533	-	-
Esho	Contraprestações, dividendos, adiantamento para futuro aumento de capital e provisões técnicas	Controlada	27.148	15.464	174.757	-
Eye Clinic	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	68	-	418	-
HAT	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	8.404	-	172.692	-
HAC	Provisões técnicas	Controlada	-	-	2.335	-
HAP	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	2.968	-	46.634	-
HCH	Contraprestações	Controlada	464	-	1.734	-
HSH	Provisões técnicas	Controlada	440	432	2.158	-
Lotten-Eyes	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	162	-	669	-
Multiangio	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	36	-	16	-
Ana Costa	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	1	-	-	-
Pitanguerais	Provisões técnicas	Controlada	-	-	2.785	-
Q Participações	Despesas administrativas	Outros	-	-	300	-
Radium	Provisões técnicas	Controlada	18	-	290	-
Seisa	Contraprestações, adiantamento para futuro de capital e provisões técnicas	Controlada	-	-	4.315	-
SHAM	Dividendos, adiantamento para futuro aumento de capital e provisões técnicas	Controlada	318	-	4.110	-
Topimagem	Provisões técnicas	Controlada	239	-	779	-
Sobam	Fornecedores	Controlada	1	-	-	-
Outros	Contraprestações, adiantamentos e provisões técnicas	Controlada	-	-	220	-
			51.538	100.097	870.279	-

Descrição	Transação	Categoria	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Amico	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	601	-	82.237	-
Cemed	Contraprestações, adiantamento para futuro aumento de capital	Controlada	832	1.800	41.395	-
CMS	Contraprestações, adiantamentos e provisões técnicas	Controlada	3	-	-	-
COI	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	244	-	71.051	-
Santa Terezinha	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	240	-	7.044	-
Dilab	Provisões técnicas	Controlada	9	-	699	-
Eluai	Dividendos e adiantamento para futuro aumento de capital	Controlada	5.471	-	-	-
Esho	Contraprestações, dividendos, adiantamento para futuro aumento de capital e provisões técnicas	Controlada	4.590	63.630	301.807	-
Eye Clinic	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	-	-	482	-
HAT	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	1.411	17.500	181.863	-
HAC	Provisões técnicas	Controlada	-	-	2.447	-
HAP	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	398	-	24.309	-
HCH	Contraprestações	Controlada	119	-	1.041	-
HSH	Provisões técnicas	Controlada	13	-	964	-
Lotten-Eyes	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	13	-	642	-
Multiangio	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	-	-	2.609	-
Pitanguerais	Provisões técnicas	Controlada	11	-	501	-
Radium	Provisões técnicas	Controlada	33	1.825	4.488	-
Seisa	Contraprestações e provisões técnicas	Controlada	11	-	-	-
SHAM	Dividendos, adiantamento para futuro aumento de capital e provisões técnicas	Controlada	5.546	-	2.430	-
Topimagem	Provisões técnicas	Controlada	52	-	2.294	-
Sobam	Fornecedores	Controlada	5	-	-	-
UHG e Optum (i)	Adiantamento de fornecedores e fornecedores	/ outros	-	-	31.660	-
Outros	Contraprestações, adiantamentos e provisões técnicas	Controlada	-	-	87	-
			19.591	84.755	761.245	-

(i) Em 2023 a UHG era a controladora da Companhia.

Descrição	Transação	Categoria	Receita		Custo/Despesa	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Amico	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	51.250	38.434	908.034	704.583
Ana Costa	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	39	-	-	-
Bosque Medical Center	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	39	-	-	-
Cemed	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	20.998	22.285	407.983	518.545
COI	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	5.912	4.978	445.852	392.452
CMS	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	9.962	5.692	1.475	-
Santa Terezinha	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	931	546	83.777	79.395
Dilab	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	175.557	144.771	1.734.183	1.647.315
Esho	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	2.121	893	2.457	3.670
Eye-Clinic	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	440	432	31.343	29.516
HAT	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	20.885	18.525	183.809	120.216
HAC	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	65.121	55.779	936.996	887.560
HCH	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	2.889	4.366	10.044	46.825
HSH	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	1.059	9.677	22.320	12.118
Lotten-Eyes	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	184	76	36.132	8.306
Pitanguerais	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	433	492	-	-
Multiangio	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	2.192	1.990	60.854	51.808
Seisa	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	413	429	37.450	25.913
SHAM	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	3.628	2.358	-	6.841
Topimagem	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	987	315	2.217	8.494
Rx Ricardo Campos	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	-	-	3.527	-
OSB (i)	Contraprestações e eventos conhecidos	Controlada	-	-	16.057	-
Outros	Contraprestações e eventos conhecidos	Outros	-	-	248	-
			363.007	303.367	4.918.672	4.575.888

(i) Em 2024



Amil Assistência Médica Internacional S.A.

CNPJ/MF nº 29.309.127/0001-79
Registro ANS nº 32.630-5

O plano é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (colaboradores) e pela Companhia, que são creditadas em contas individuais dos participantes. As contribuições efetuadas pelo colaborador variam de 3% a 8% do salário base e as efetuadas pelos patrocinadores variam de 50% a 150% do percentual de contribuição do colaborador.

As contribuições ao plano são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados, e em 31 de dezembro de 2024 atingiram o montante de R\$ 4.610.

A Companhia não possui qualquer obrigação ou direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

28. Informações sobre segmentos de negócios

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Com base nos critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22, as informações referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram revisadas pela Companhia e sumarizadas como segue:

	31/12/2024			
	Operadoras	Rede Assistencial	Eliminações	Consolidado
Contraprestações líquidas e receitas com operações de assistência médico-hospitalar	26.429.720	9.810.254	(5.891.062)	30.348.912
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora e de outras atividades de assistência à saúde	(574.111)	(593.740)	-	(1.167.851)
Eventos indenizáveis líquidos e outros custos com assistência à saúde	(22.963.106)	(9.112.423)	5.891.062	(26.184.467)
Lucro bruto	2.892.503	104.091	-	2.996.594
Ativo circulante	7.911.187	3.331.477	(1.135.404)	10.107.260
Passivo circulante	7.337.585	1.671.472	(1.135.404)	7.873.653
Imobilizado	638.898	4.025.297	-	4.664.195
Intangível (i)	1.390.732	1.442.020	-	2.832.752
	31/12/2023			
	Operadoras	Rede Assistencial	Eliminações	Consolidado
Contraprestações líquidas e receitas com operações de assistência médico-hospitalar	22.265.212	9.072.031	(5.000.499)	26.336.744
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora e de outras atividades de assistência à saúde	(212.458)	(549.406)	-	(761.864)
Eventos indenizáveis líquidos e outros custos com assistência à saúde	(20.933.760)	(8.886.536)	5.000.499	(24.819.797)
Lucro bruto	1.118.994	(363.911)	-	755.083
Ativo circulante	9.385.206	2.437.504	(817.685)	11.005.025
Passivo circulante	333.383	8.524.880	(817.685)	8.040.578
Imobilizado	669.069	4.211.104	-	4.880.173
Intangível (i)	1.483.520	1.434.406	-	2.917.926

(i) Contempla os ágios das empresas investidas para fins de consolidação.

29. Outras informações

29.1. Eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - carteira de planos individuais/familiares pós Lei nº 9.656/98

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do período até 31 de dezembro de 2024 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Amil Assistência Médica Internacional S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Amil Assistência Médica Internacional S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Amil Assistência Médica Internacional S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

www.amil.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 14/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/14/AMIL_1581302714032025.pdf
Hash: 17418920414accfaf5ab1f4ddf850ae4693e0adc9d

Consultas médicas
Exames
Terapias
Internações
Outros atendimentos
Demais despesas
Total

	31/12/2024			31/12/2023	
	Rede própria	Rede contratada	Reembolso	Total	Total
Consultas médicas	95.726	155.609	19.549	270.884	227.925
Exames	40.091	245.548	2.951	288.590	337.741
Terapias	159.235	500.776	42.009	702.020	562.748
Internações	478.711	1.127.635	20.562	1.626.908	1.650.612
Outros atendimentos	109.659	153.656	-	263.315	93.104
Demais despesas	625	3.279	-	3.904	5.914
Total	884.047	2.186.503	85.071	3.155.621	2.878.044

Consultas médicas
Exames
Terapias
Internações
Outros atendimentos
Demais despesas
Total

	31/12/2024			31/12/2023	
	Rede própria	Rede contratada	Reembolso	Total	Total
Consultas médicas	173.941	217.722	19.552	411.215	299.331
Exames	42.917	327.546	2.951	373.414	424.942
Terapias	160.415	524.029	42.202	726.646	588.488
Internações	515.964	1.173.998	20.562	1.710.524	1.742.613
Outros atendimentos	131.427	187.004	-	318.431	132.107
Demais despesas	83.356	40.515	185	124.056	159.758
Total	1.108.020	2.470.814	85.452	3.664.286	3.347.239

30. Transações não caixa

A Companhia e suas controladas tiveram as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso e passivo de arrendamento IFRS 16 CPC 06 (R 2)	(53.793)	(91.604)	122.065	(79.081)

31. Eventos subsequentes

Os dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 432.267 foram deliberados em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de janeiro de 2025 e pagos nesta mesma data.
O mútuo com o acionista (vide Nota Explicativa nº 7) foi integralmente liquidado em 30 de janeiro de 2025.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Antonio Renato Manso de Castro
Fabian Rocha
Ricardo Santos Moraes de Burgos

DIRETOR FINANCEIRO

Carlos Eduardo Lourenço

ATUÁRIO

Pedro Barreto Gomes - MIBA - 1.780

CONTADORA

María Lúcia Guilherme de Brito - CRC nº 1 RJ-088050/O S-SP

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2
Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

